



Catalunha

Protestos intrometem-se nas negociações de governo e agudizam tensão com Madrid

Destaque, 4 a 7



Fugas

Kombucha, uma bebida com saúde dentro

NUNO FERREIRA SANTOS

Público



Reportagem

Como a pandemia "prende" em Portugal imigrantes brasileiros sem trabalho

Sociedade, 24 a 27

Milhões anunciados para salvar Verão cultural de 2020 ainda estão na gaveta

O objectivo do Governo era fazer dois em um: reanimar a cultura e o turismo ainda no Verão de 2020, pas-

sada a primeira vaga da pandemia. Foi nesses termos que António Costa anunciou, em Maio do ano passado,

a abertura de uma linha de 30 milhões de euros para que as autarquias pudessem promover eventos

culturais, em parceria com agentes locais. No entanto, mais de meio ano depois, poucos foram os apoios no

âmbito da Programação Cultural em Rede que chegaram, de facto, ao terreno **Cultura, 45**

Medway

Novo comboio de mercadorias diário de Lisboa a Estugarda

Economia, 36/37

Desburocratização

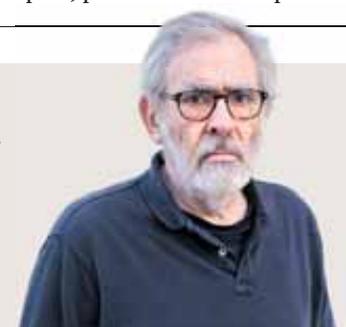
Portal único do cidadão vai arrancar em 2022

Política, 14/15

Opinião

Saudades da luta de classes

António Barreto escreve sobre os confrontos que envenenam a vida política **Página Dois, 3**



Cimeira

Joe Biden aos europeus: "A América está de volta"

Mundo, 30

Os 30 milhões que iam salvar o Verão cultural de 2020 ainda estão na gaveta

Linha anunciada por António Costa para reanimar o sector após a primeira vaga da pandemia regista baixa execução

Camilo Soldado

O objectivo era fazer dois em um: reanimar a cultura e o turismo ainda no Verão de 2020, passada a primeira vaga da pandemia. Foi nesses termos que António Costa anunciou, em Maio do ano passado, a abertura de uma linha de 30 milhões de euros para que as autarquias pudessem promover eventos culturais, em parceria com agentes locais. No entanto, mais de meio ano depois, poucos foram os apoios no âmbito da Programação Cultural em Rede que chegaram de facto ao terreno.

Segundo dados recolhidos pelo PÚBLICO junto das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regionais (CCDR), entidades encarregadas da gestão dos fundos comunitários, ainda não foi pago qualquer cêntimo ao abrigo deste programa. Isto significa que as autarquias ainda não fizeram pedidos de pagamento, por uma de duas razões: ou o processo de selecção de candidaturas ainda não está fechado (e os municípios só podem apresentar facturas das despesas quando houver uma lista final), ou, de facto, a programação ainda não arrancou. É por isso difícil chegar ao total do investimento que já terá sido feito pelas autarquias à boleia do Programa Cultural em Rede.

No Centro e no Norte, que representam a maior fatia da linha de apoio, ainda há candidaturas em análise. A CCDR de Lisboa e Vale do Tejo, responsável por 1,5 milhões de euros no âmbito do programa, foi a única que não respondeu ao PÚBLICO. Nas regiões do Algarve e do Alentejo, ainda não se passou do plano à acção.

O Programa Cultural em Rede começou por ser tornado público, com pouco detalhe, a 22 de Maio, no final de uma reunião de António Costa com a Associação Nacional de Municípios Portugueses e um dia depois de a comunidade artística ter

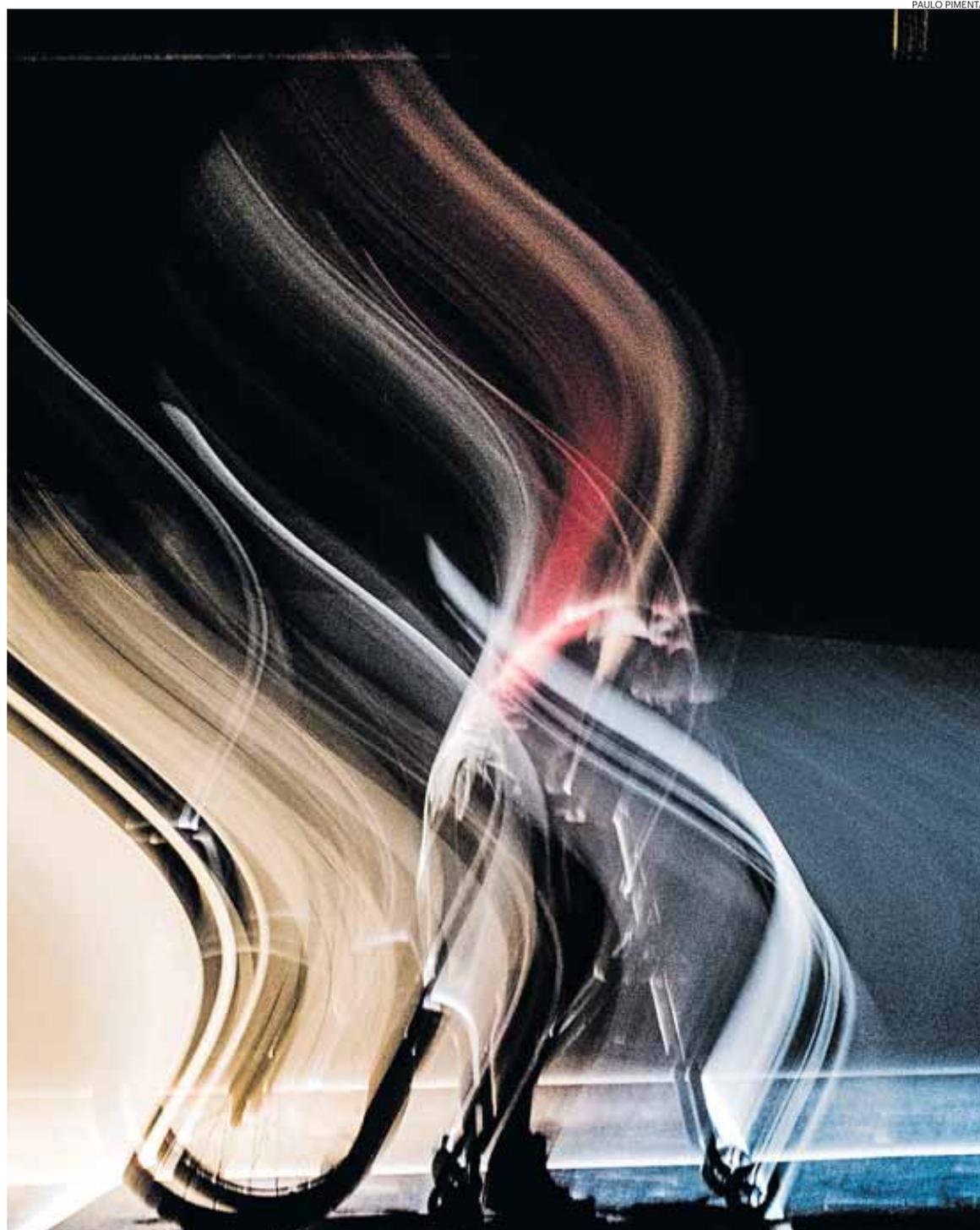
voltado a manifestar o seu descontentamento perante a escassez de apoios de emergência do Governo em 17 vigílias espalhadas pelo país. As suspeitas de que os 30 milhões pudessem ser subtraídos a outro programa alimentado por fundos comunitários, o Cultura para Todos, viriam a confirmar-se, com o Ministério da Cultura a garantir, no entanto, que os projectos já aprovados no âmbito dessa linha de não seriam postos em causa.

A ideia era que estes 30 milhões de euros permitissem às autarquias interessadas “organizar um conjunto de actividades” capazes de reanimar “um dos sectores mais duramente atingidos” pela pandemia, explicou então o primeiro-ministro, aludindo também ao desígnio da “reanimação das economias locais através do turismo”. Os avisos posteriormente abertos pelos Programas Operacionais Regionais do Continente recalibravam o programa, indicando que havia 27 milhões de euros, distribuídos pelas cinco regiões, para projectos “que ocorram ou tenham ocorrido em período de pandemia”.

Em Julho, a ministra da Cultura, Graça Fonseca, reforçava a mensagem, considerando “muito importante” que esses projectos decorressem “já neste Verão [de 2020], apoiando financeiramente músicos, escritores, cinema”.

O adiamento e a bonificação

No entanto, mesmo nos territórios em que as iniciativas estavam para arrancar no Verão, o impacto acabou por ser limitado. Ao PÚBLICO, a CCDR do Centro deu conta de sete projectos aprovados que tinham o seu início calendarizado para o Verão passado. Mas também nesta lista há situações diferentes. O Festival Cultural da Serra da Estrela, por exemplo, encabeçado pela autarquia de Seia, deveria ter-se realizado em Setembro, mas está “a ser empurrado por causa da



Poucos espectáculos foram já realizados ao abrigo desta linha que devia ter “salvado” o Verão

covid”, explica o presidente da câmara municipal, Carlos Filipe Camelo. Ainda não aconteceu.

Já a Câmara Municipal de Mangualde, que viu aprovado o projecto Cultura no Dão, em parceria com as congéneres de Nelas e Penalva do Castelo, começou as actividades logo em Julho. “Percebemos que teríamos bonificação de pontuação se arrancássemos logo”, refere o vereador da Cultura, João Lopes. Ou seja, a autarquia deu início à programação do Cultura no Dão, que tem um montante elegível de 295 mil euros, “sem saber se ia ter apoio”, uma vez que o processo de candidaturas estava então em curso. João Lopes estima que a autarquia tenha já avançado entre 60 e 65 mil euros, estando a preparar a documentação para pedir

o pagamento à CCDR.

No total, a CCDR do Centro avaliou 74 candidaturas, tendo aprovado 35. Treze foram rejeitadas e 26 estão ainda em análise. Os projectos já aprovados representam um investimento elegível de 10,3 milhões.

Quanto ao Norte, a CCDRN refere que “as candidaturas aprovadas possuem um montante de investimento de sete milhões de euros”, mas informa que “não existe ainda registo de execução das acções”, sendo “expectável que tal venha a acontecer a todo o momento”. A CCDRN diz ainda que só tornará pública a lista de projectos apoiados quando o processo estiver fechado, o que deverá acontecer em breve. Também as autarquias têm de esperar pelo fim do processo de selecção para submeter despesas.

Sul a refazer planos

As cinco candidaturas submetidas por outras tantas comunidades inter-

municipais alentejanas foram aprovadas entre Novembro e Dezembro de 2020, num investimento elegível de três milhões de euros. O presidente da CCDR do Alentejo, António Ceia da Silva, indica ao PÚBLICO que “as candidaturas ainda não iniciaram a sua execução física e financeira”.

No Algarve, houve apenas uma candidatura, liderada pela Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL) e em parceria com a Direcção Regional de Cultura e com as 16 câmaras da região, num investimento elegível de 800 mil euros. A CCDR informa que “a operação não tem ainda despesas submetidas”. E isto porque a programação não arrancou, explica fonte oficial da AMAL ao PÚBLICO. “A previsão era começar em Dezembro, depois em Março, uma vez que a filosofia era apoiar os artistas o mais rapidamente possível”, refere. Mas as medidas de combate à pandemia têm obrigado a refazer os planos.